

POLÍTICA CULTURAL NO BRASIL: UM HISTÓRICO

Lia Calabre – Pesquisadora

Fundação Casa de Rui Barbosa

liacalabre@rb.gov.br

Resumo: Na última década foram intensificadas as discussões acerca da responsabilidade do Estado sobre a produção cultural e dos princípios que devem reger a elaboração das políticas culturais, tanto no âmbito da administração federal como no dos governos locais. Porém tais discussões não têm sido seguidas por estudos sistemáticos no que diz respeito ao acompanhamento da atuação política do Estado no campo da cultura. Por política pública cultural estamos considerando um conjunto ordenado e coerente de preceitos e objetivos que orientam linhas de ações públicas mais imediatas no campo da cultura. A recuperação de política cultural levada a cabo por um determinado governo ou em um determinado período da história de um país pode ser realizada através do mapeamento das ações do Estado no campo da cultura. Esse mapeamento deve ter como foco os âmbitos da produção, de circulação e do consumo culturais. Este trabalho apresenta um inventário das principais ações do governo federal no campo da cultura, onde claramente pode ser percebido um movimento de constante descontinuidade no processo de elaboração de políticas públicas na área da cultura. Foi dada com uma ênfase especial às décadas de 1970 e 1980, com a apresentação das ações federais de uma maneira um pouco mais detalhada.

Palavras-chave: Política cultural; política pública; ação cultural.

Política cultural no Brasil: um breve histórico

A produção cultural de uma determinada sociedade engloba um número quase infinito de saberes e fazeres, e seu estudo exige um esforço permanente de reflexão e de análise. Qual deve ser o papel das políticas públicas no universo da cultura? O que são políticas públicas culturais? Na última década, foram intensificadas as discussões acerca da responsabilidade do Estado sobre a produção cultural nacional e acerca dos princípios que devem reger a



elaboração das políticas culturais, tanto no âmbito da administração federal como no dos governos locais. Tais discussões, entretanto, não têm sido seguidas por estudos sistemáticos no que diz respeito ao acompanhamento e análise da atuação política do Estado no campo da cultura.

Por política pública cultural estamos considerando um conjunto ordenado e coerente de preceitos e objetivos que orientam linhas de ações públicas mais imediatas no campo da cultura. A recuperação da política cultural levada a cabo por um determinado governo ou em um período da história de um país pode ser realizada através do mapeamento das ações do Estado no campo da cultura, ainda que este não as tenha elaborado ou reunido como um todo coerente, como uma política determinada. O mapeamento de tais ações deve ter como foco os âmbitos da produção, da circulação e do consumo culturais.

No caso do Estado brasileiro, podem ser destacados alguns momentos nos quais foi dedicada uma atenção maior à área da cultura. No presente trabalho, foram destacadas ações do primeiro governo Vargas (1930-1945); de parte da gestão do Presidente Médici e do governo Geisel (ditadura militar); no governo do Presidente Sarney e no governo Collor. O período Vargas é o de estruturação formal da área da cultura e nos governos militares, especialmente o dos presidentes Médici e Geisel, ocorre um intenso processo de renovação da ação pública no campo da cultura. Já no caso do governo Collor, o movimento é contrário com um saldo da intervenção governamental na área cultural absolutamente devastador.

A seguir veremos um pequeno inventário das principais ações do Governo Federal no campo da cultura, nos períodos anteriormente apontados, onde claramente podem ser percebidos momentos de descontinuidades no processo de elaboração de políticas públicas na área da cultura.

A área federal de cultura

A elaboração do que se pode chamar de políticas culturais governamentais, no Brasil, teve início durante o primeiro governo Vargas. Foi o tempo da construção de instituições voltadas para setores onde o Estado ainda não atuava. O maior exemplo é o do campo da



preservação do patrimônio material com a fundação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)ⁱ. Tivemos ainda a regulação do emprego de parte da produção cinematográfica com a criação do Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE), ou a ampliação do mercado editorial com a formação do Instituto Nacional do Livro (INL). No volume sobre a Cultura Brasileira, publicado junto com o Recenseamento Geral do Brasil de 1940, o governo registrava também a intenção criar um órgão de pesquisa estatística específico para as áreas de educação e cultura, além de promover várias transformações no Serviço Nacional de Estatística que, em 1934, se transformou em Instituto Nacional de Estatística.ⁱⁱ A área da cultura estava sob os cuidados do Ministério da Educação e Saúde (MES) e recebeu uma atenção especial na gestão do Ministro Gustavo Capanema (1934-1945).ⁱⁱⁱ

Uma outra área também merecedora de atenção especial do governo Vargas foi a da radiodifusão. A primeira emissora de rádio brasileira foi ao ar em 1923, mas a legislação específica sobre transmissões radiofônicas somente foi promulgada em 1932. O decreto lei nº 21.111 regulamentou o setor de radiodifusão, normatizando, inclusive, questões como a veiculação de publicidade, formação de técnicos, potência de equipamentos, entre outras.^{iv} Entre 1945 e 1964, o grande desenvolvimento na área cultural se deu no campo da iniciativa privada. O Estado não promoveu, nesse período, ações diretas de grande vulto no campo da cultura. Em 1953, o Ministério da Educação e Saúde foi desmembrado, surgindo os Ministérios da Saúde (MS) e o da Educação e Cultura (MEC). Este é o momento do crescimento e da consolidação dos meios de comunicação de massa – o rádio e a televisão. O fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, permitiu o retorno da produção de aparelhos de rádio e de equipamentos de transmissão. Ainda na década de 1940, o número de emissoras de rádio cresceu na ordem de 100%.^v Na década de 1950 a televisão chegava ao Brasil. No campo da produção artística em geral, surgiam grupos que propunham a utilização de novas linguagens, entre os movimento que se destacaram temos o Cinema Novo, a Bossa Nova, o Violão de Rua, o Grupo Oficina, os trabalhos de Lígia Clarck e Hélio Oiticica, entre vários outros.



Com o golpe militar de 1964, o país passa a viver um período de repressão e censura que resultou no desmantelamento da grande maioria dos projetos culturais em curso. Durante o governo de Castelo Branco (1964-1967), surgiu nos quadros do governo a discussão sobre a necessidade da elaboração de uma política nacional de cultura, mas não se registraram avanços. Em 1966, foi criado o Conselho Federal de Cultura, com 24 membros indicados pelo Presidente da República, que chegou a apresentar alguns planos de cultura para o governo, em 1968, 1969 e 1973, mas nenhum deles foi posto em prática. Ainda em 1966, foi criado o Instituto Nacional de Cinema (INC) que incorporou o Instituto Nacional de Cinema Educativo. O novo órgão tinha como objetivo “formular e executar a política governamental relativa à produção, importação, distribuição e exibição de filmes, ao desenvolvimento da indústria cinematográfica brasileira, ao seu fomento cultural e à sua promoção no exterior”.^{vi}

No governo do Presidente Médici (1969-1974), durante a gestão do Ministro Jarbas Passarinho (1969-1973), foi elaborado o Plano de Ação Cultural – PAC, apresentado pela imprensa da época como um projeto de financiamento de eventos culturais. O plano marcou o início de uma série de ações do Estado no campo da cultura. Segundo Sérgio Miceli:

“O PAC, por sua vez, era não apenas uma abertura de crédito, financeiro e político, a algumas áreas da produção oficial até então praticamente desassistidas pelos demais órgãos oficiais, mas também uma tentativa oficial de “degelo” em relação aos meios artísticos e intelectuais.”^{vii}

O PAC abrangia o setor de patrimônio, as atividades artísticas e culturais, prevendo ainda a capacitação de pessoal. Ocorria um processo de fortalecimento do papel Secretaria da Cultura que continuava dentro do Ministério da Educação.^{viii} Lançado em agosto de 1973, o plano teve como meta a implementação de um ativo calendário de eventos culturais, com espetáculos nas áreas de música, teatro, circo, folclore e cinema. O programa foi iniciado com o deslocamento de diversos artistas através do país, como por exemplo, grupos do sul se apresentavam em Recife; artistas catarinenses em Belém; músicos cariocas em Fortaleza



ou amazonenses em Florianópolis, provocando uma intensa circulação e interação cultural nas mais diversas regiões brasileiras.^{ix}

Na gestão do Ministro Ney Braga, durante o governo Geisel (1974-1978), foram criados novos órgãos, entre eles o Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA), o Conselho Nacional de Cinema, a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, a Fundação Nacional de Arte (FUNARTE) e ocorreu ainda a reformulação da Embrafilme, que havia sido criada em 1969. Para Sérgio Miceli deve se destacar o fato de o Ministro Ney Braga:

“... inserir o domínio da cultura entre as metas da política de desenvolvimento social do governo Geisel. Foi a única vez na história republicana que o governo formalizou um conjunto de diretrizes para orientar suas atividades na área da cultura, prevendo ainda modalidades de colaboração entre os órgãos federais e de outros ministérios, como por exemplo o Arquivo Nacional do Ministério da Justiça e o Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores, com secretarias estaduais e municipais de cultura, universidades, fundações culturais e instituições privadas.”^x

Miceli refere-se ao Plano Nacional de Cultura (PNC), elaborado no final de 1975 e oficialmente lançado em janeiro de 1976. A idéia central do PNC era a da organização de um sistema que pudesse coordenar a ação dos vários organismos no campo da cultura, valorizando a produção cultural nacional. A FUNARTE foi criada para ser um dos órgãos executores dessas novas diretrizes políticas do governo.

Em julho de 1976, em Salvador, ocorreu o Encontro Nacional de Cultura reunindo os Conselhos e Secretarias de cultura de todo o país, participava também o conjunto dos órgãos da área de cultura governamental – tais como a TVE, FUNARTE, o Arquivo Nacional, o MOBRAL, entre outros -, além do Itamaraty e da UNESCO. O objetivo do Encontro era plantar as bases para a implementação de uma “política integrada de cultura” entre os diversos níveis de governo. A agenda do encontro foi organizada em torno de 14 temas, entre eles: a legislação e a cultura; a defesa do patrimônio cultural, sistema nacional



de arquivos, sistema nacional de bibliotecas, sistema nacional de museus históricos e a integração regional da cultura.^{xi}

Ainda na gestão do presidente Geisel, podemos observar que a questão da produção cultural brasileira tornara-se uma preocupação mais geral no governo, extrapolando os limites do MEC. Em 1975, fora do âmbito do MEC, teve início um projeto que resultou na criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC). Tendo como metas principais o desenvolvimento econômico, a preservação cultural e a criação de uma identidade para os produtos brasileiros, o Ministério da Indústria e do Comércio e o Distrito Federal, assinam um convênio que prevê a formação de um grupo de trabalho para estudar alguns aspectos e especificidades da cultura e do produto cultural brasileiro.

Em 1976, a partir dos resultados alcançados pelo grupo de trabalho, foi assinado um convênio entre a Secretaria de Planejamento, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Indústria e do Comércio, a Universidade de Brasília e a Fundação Cultural do Distrito Federal para a efetivação do CNRC. Entre os primeiros programas implementados pelo Centro estavam o do mapeamento da atividade artesanal, o da história da tecnologia e da ciência no Brasil e alguns levantamentos sócio culturais e de documentação.^{xii} O Centro Nacional de Referência Cultural foi idealizado e dirigido Aloísio Magalhães.

Em 1979 e 1980, sob a gestão do Ministro Eduardo Portella, ocorreu a transformação do IPHAN de Instituto em Secretaria do Patrimônio Histórico Nacional, a direção do órgão ficou a cargo de Aloísio Magalhães. Em uma entrevista em junho de 1979, Aloísio demonstrava uma preocupação com a institucionalização do trabalho do CNRC, que ocorria ainda fora do âmbito do MEC, afirmando que seria muito bom a integração do Centro ao IPHAN. Ainda em 1979, foi criada a Fundação Nacional Pró-Memória que como um dos seus primeiros atos incorporou o CNRC.

Frente ao claro fortalecimento do setor cultural, surge dentro da Secretaria de Cultura uma grande discussão entre um grupo que apoiava a idéia da criação do Ministério de Cultura e outro que desejava a ampliação da estrutura da Secretaria dentro do MEC. O segundo grupo temia que a desvinculação do Ministério da Educação resultasse em recuo do processo de crescimento que estava em curso. Para esse grupo, era preferível estar em uma Secretaria



forte do que em um Ministério fraco.^{xiii} Já os que apoiavam a separação partiam da hipótese de que esta seria a única forma de colocar a cultura em um lugar de destaque nas ações governamentais.

Entre 1979 e 1985, ocorreu o fortalecimento e a consolidação de algumas instituições e linhas de atuação do governo federal no campo da cultura. Em 1981, na gestão do Ministro Rubem Ludwig, foi criada a Secretaria de Cultura, que englobava a Secretaria de Assuntos Culturais (SEAC) e a área de patrimônio, ambas sob a direção de Aloísio Magalhães até 1982. Neste período foi elaborado o plano de “Diretrizes para operacionalização da política cultural no MEC”.

Em 1985, o Ministério da Cultura é então criado e, como alguns previam, as verbas ficaram majoritariamente com a educação, compondo um quadro de um futuro pouco promissor para a cultura. O estabelecimento do novo Ministério veio acompanhado de uma série de problemas, tais como: perda de autonomia, superposição de poderes, ausência de linhas de atuação política, disputa de cargos, clientelismo, entre outros.^{xiv} O novo Ministério ficou a cargo de José Aparecido de Oliveira, que logo foi substituído por Aloísio Pimenta.

Ao longo da década de 1980, foi ocorrendo uma contínua retração dos investimentos públicos na área cultural. Na tentativa de buscar novas fontes de recursos para as atividades culturais, em 2 de julho de 1986, o Presidente Sarney promulgou a Lei n° 7.505,^{xv} de incentivo à cultura, durante a gestão do Ministro Celso Furtado. A Lei Sarney funcionava a partir do mecanismo de renúncia fiscal. A forma como a lei foi estruturada foi objeto de inúmeras críticas durante seu período de vigência e terminou sendo extinta em 1990, no início do governo Collor.

Na gestão do Presidente Fernando Collor de Melo, toda a estrutura federal no campo da cultura foi radicalmente alterada. Em abril de 1990, o Presidente promulgou a Lei n° 8.029, que extinguiu, de uma só vez, diversos órgãos da administração federal, em especial da área da cultura – FUNARTE, Pró-Memória, FUNDACEN, FCB, Pró-Leitura e EMBRAFILME – e reformulava outros tantos como o SPHAN. Todo o processo foi feito de maneira abrupta, interrompendo vários projetos, desmontando trabalhos que vinham sendo realizados por mais de uma década.



Collor extinguiu também o próprio Ministério da Cultura, criando uma Secretaria de Cultura que teve como primeiro Secretário Ipojuca Pontes que, em 1991, passou o cargo para Sérgio Paulo Rouanet.

Em 1991, o governo Collor promulgou uma nova lei de incentivo à cultura. Através de Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, foi instituído o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), que ficou conhecida como Lei Rouanet. Em termos de ações dos governos na área da cultura, a década de 1990 pode ser vista como a das Leis de Incentivo à Cultura.

Em 1992, o presidente da República, Itamar Franco, recriou o Ministério da Cultura e nomeou como Ministro Antônio Houaiss. Em 1994, algumas das instituições extintas no governo Collor foram recriadas. A nova estrutura do Ministério mantinha como entidades vinculadas: Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), Fundação Nacional de Arte (FUNARTE), Fundação Biblioteca Nacional (FBN), Fundação Cultural Palmares (FCP) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

A Lei Rouanet, foi aperfeiçoada ao longo do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, tendo sido promulgadas algumas regulamentações que permitiram uma maior agilidade em sua aplicação. Durante a gestão do Ministro Francisco Weffort (1995-2002) o governo federal diminuiu o nível dos investimentos públicos na área da cultura, repassando para a iniciativa privada a responsabilidade de decisão sobre os rumos da produção cultural. Os recursos oriundos da renúncia fiscal prevista pela Lei são públicos, são parte do imposto de renda devido pelas empresas ao governo. A Lei permite que o setor privado que decida individualmente onde esses recursos serão investidos. Fica estabelecido um conjunto de áreas da produção cultural para as quais podem ser apresentadas propostas de trabalhos a serem patrocinadas. Cumpridas as exigências burocráticas, os proponentes têm seus projetos aprovados na Lei e ganham um certificado. Com a aprovação, o proponente do projeto sai em busca de um patrocinador. Nem todos os que conseguem obter o certificado encontram patrocínio. O que ocorre com mais frequência é a concessão do patrocínio a projetos que tenham forte apelo comercial, ou seja, os que permitam que a empresa patrocinadora os utilize como *marketing* cultural. O resultado desse processo é que passa a



caber à iniciativa privada a decisão sobre uma grande parcela da produção cultural do país. A decisão é privada, mas o dinheiro que financia os projetos é, na verdade, público.

Um dos indicadores que permitem observar a ação do Estado sobre um determinado campo é a legislação. O conjunto de leis, decretos, medidas provisórias, instruções normativas e portarias referentes à área da cultura, aprovados ao longo da gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso formam o seguinte quadro:

Tipo de legislação	Total do período	Sobre incentivo	
	número	número	percentual
Leis	16	03	18,7%
Decretos Leis	03	01	34,0%
Instruções Normativas	40	11	27,5%
Portarias	21	10	47,61
Totais	80	25	31,3%

Fonte: Ministério da Cultura^{xvi}

A partir do quadro apresentado acima podemos verificar que praticamente um terço da legislação cultural promulgada durante o governo de Fernando Henrique Cardoso foi direcionada às questões da lei de incentivo. Por outro lado, o governo não elaborou propostas, planos ou diretrizes de gestão pública para o campo da cultura. Tal fato nos permite afirmar que as leis de incentivo tornaram-se a política cultural do Ministério da Cultura na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso e do Ministro Francisco Weffort.

À guisa de conclusão

No Brasil não temos tradição de realização de estudos de políticas públicas, em especial em áreas como a da cultura. Ao revisitarmos, ainda que superficialmente, as ações do Estado no âmbito da cultura, nessas últimas quatro décadas, verificamos uma série de iniciativas na direção da elaboração de linhas de atuação política, que inúmeras vezes foram abandonadas



e retomadas com pequenas alterações por governos que se seguiram. Esse processo de eterno recomeçar, de experiências que poucos rastros deixaram, de ausência de registros, de pouca sistematicidade nas ações, gerou alguns efeitos perversos, com grandes desperdícios de recursos financeiros e humanos. Aqui foi apresentada somente uma sintética cronologia com pequenas pistas para questões que merecem estudos mais específicos e aprofundados..

Em um tempo de constantes inovações tecnológicas que facilitam a disponibilização e a democratização das informações, torna-se tarefa inadiável o resgate das ações do governo na área da cultural.

Ocorre hoje, em nível mundial, um processo de valorização cada vez maior do papel da cultura nas sociedades em um mundo globalizado. Os processos culturais vêm sendo considerados importantes sejam como fontes de geração de renda e emprego, sejam como elementos fundamentais da configuração do campo da diversidade cultural e da identidade nacional. Os diálogos no campo das políticas culturais devem ocorrer nas mais diversas direções, entre os tempos e os espaços geográficos, entre as diferentes formas de ver e de fazer.

CRONOLOGIA

1937 – Criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), do Instituto Nacional do Livro (INL); do Serviço Nacional de Teatro (SNT) e do Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE)

1938 – Criação do Conselho Nacional de Cultura

1966 – O Conselho Nacional de Cultura se transforma em Conselho Federal de Cultura, criação do Instituto Nacional de Cinema (INC)

1969 – Criação da Empresa Brasileira de Filmes (EMBRAFILME)

1970 – Transformação do SPHAN em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (IPHAN)

1973 – Lançamento do programa de Cidades Históricas (PCH), do Plano de Ação Cultural (PAC) e criação do Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA).



1975 - Lançamento do Plano Nacional da Cultural (PNC), da Campanha Nacional do Folclore. Criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) e da Fundação Nacional de Arte (FUNARTE).

1978 – Criação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e da Fundação Nacional Pró-Memória (Pró-Memória).

1985 – Criação do Ministério da Cultura.

1986 – Promulgação da Lei 7.505 – Lei Sarney

1987 – Criação da Fundação Nacional Pró-Leitura (Pró-Leitura) e da Fundação Nacional de Artes Cênicas (FUNDACEN)

1990 – Extinção da FUNARTE, do Pró-Memória, da Fundação Nacional de Artes Cênicas (FUNDACEN), Fundação do Cinema Brasileiro (FCB) , Fundação Nacional Pró-Leitura (Pró-Leitura) e EMBRAFILME e reformulação do SPHAN

1991 – Promulgação da Lei 8.313 que criou o Programa Nacional de Apoio a Cultura (PRONAC) – Lei Rouanet.

BIBLIOGRAFIA

BOLETIM do Conselho Federal de Cultura. MEC, julho/1976 Ano 6 , nº 23.

BOTELHO, Isaura. *Romance de Formação: FUNARTE e Política Cultural. 1976-1990.* Rio de Janeiro. Edições Casa de Rui Barbosa, 2000.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Legislação Cultural Brasileira Anotada.* Supervisão e organização da pesquisa Theo Pereira da Silva; coordenação e pesquisa Yberê Eugênio Veiga. Brasília: MinC, 1997.

CALABRE, Lia. “Políticas públicas culturais de 1924 a 1945: o rádio em destaque”. In: *Estudos Históricos.* Rio de Janeiro, n. 31, 2003. p. 161-181

DURAND, José Carlos. *Política e gestão cultural: Brasil, USA e Europa.* Relatório nº 13/2000 São Paulo, Escola de Administração de Empresas – FGV; Núcleo de Pesquisas e Publicações – série relatórios de pesquisa. 2000.

MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil.* Rio de Janeiro. Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.



MANACIO, Tunico. *Arte e manhas da EMBRAFILME: Cinema estatal brasileiro em sua época de ouro (1977-1981)*. Niterói, Eduff, 2000.

MICELI, Sérgio (org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

POERNER, Arthur José. *Identidade cultural na era da globalização: Política federal de cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2000.

UFALINO, Philippe. “L’Histoire de la politique culturelle”. In: Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli. *Pour une histoire culturelle*. Paris: Ed. du Seuil, 1997.

ⁱ Para uma melhor visualização das ações do governo federal consulte a cronologia em anexo.

ⁱⁱ Sobre o serviço de estatística ver: Recenseamento Geral do Brasil. Série Nacional. Vol. 1. Rio de Janeiro: Comissão Censitária Nacional, 1943. p. 422-424.

ⁱⁱⁱ Apesar de órgão de estatística específico da educação e cultural não ter sido criado, as informações apresentadas nos anuários estatísticos das décadas de 1940 e 1950, sobre hábitos e consumo culturais, tais como radiodifusão e cinema tem como fonte o Serviço de Estatísticas da Educação e Cultura.

^{iv} CALABRE, Lia. “Políticas públicas culturais de 1924 a 1945: o rádio em destaque”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 31, 2003. p. 161-181.

^v Segundo os dados publicados nos Anuários Estatísticos do IBGE, entre os anos de 1940 e 1944 foram inauguradas 39 novas emissoras de rádio e no período de 1945 a 1949 foram 79 novas emissoras.

^{vi} Decreto Lei nº 43, de 18 de novembro de 1966.

^{vii} MICELI, Sérgio. O processo de construção institucional na área cultural federal (anos 70). IN: MICELI, Sérgio(org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984. p. 55.

^{viii} Os recursos financeiros do PAC vinham do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

^{ix} “Um dia para a cultura”. In: *Veja*, 15/08/1973. p. 66-70

^x Idem. P. 57

^{xi} Boletim do Conselho Federal de Cultura. MEC, julho/1976 Ano 6 , nº 23.

^{xii} Ver: MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.

^{xiii} Entre os que apoiavam a existência de uma Secretaria de Cultura forte estava Aloísio Magalhães, que faleceu em 1982, quando ocupava o cargo de Secretário da Cultura.

^{xiv} Ver: BOTELHO, Isaura. *Romance de formação: FUNARTE e política cultural. 1976-1990*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2001.

^{xv} A lei ficou conhecida como Lei Sarney.

^{xvi} As informações foram extraídas da *Legislação Cultural Brasileira* (Brasília: MINC, 1997) até o ano de 1997 e o restante do site do Ministério da Cultura (www.cultura.gov.br/legislação/leis) . É interessante notar que o próprio conceito de legislação cultural deve ter sido alterado ao longo do período, pois encontramos diferenças, entre a legislação disponível no site e a publicada pelo próprio Minc, alguns elementos que não constavam na publicação são incluídos no site.

